



<http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepex>

ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

PROGRAMA BOLSA JUVENTUDE RURAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REGIÃO ALTO URUGUAI (RS)

Joice Schneider MARMENTINI¹, Rúbia Carla PASSAGLIA¹, Zenicleia Angelita DEGGERONE²

¹ Pós-graduanda em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS). Unidade em Erechim; Rua Dr. José Bisognin, nº 242, São Cristóvão - CEP: 99709-428 – Erechim; ³ Professora orientadora. UERGS - Unidade em Erechim.

E-mails: joischneider@yahoo.com.br, rubiacpassaglia@gmail.com, zenicleiadeggerone@gmail.com

MARMENTINI, J.; PASSAGLIA, R.; DEGGERONE, Z.. PROGRAMA BOLSA JUVENTUDE RURAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A REGIÃO DO ALTO URUGUAI (RS). VI Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão e II Jornada de Pós-Graduação da UERGS, Brasil, ago. 2016. Disponível em: <<http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepex/paper/view/1223>>. Data de acesso: 10 Ago. 2016.

RESUMO

A população jovem do nosso país é assunto de interesse nos mais variados meios. Se tratando da juventude rural, esta discussão e preocupação aumentam, pois as políticas públicas criadas não são conhecidas ou acessadas por eles como deveriam. Como forma de incentivo à permanência do jovem na área rural, surgiu o Programa Bolsa Juventude Rural, com o objetivo de garantir apoio financeiro para jovens alunos de escolas rurais permanecerem, retornarem ou ingressarem no ensino médio e/ou profissionalizante. Os objetivos deste trabalho foram: identificar o número de jovens beneficiados com o programa; analisar como foi desenvolvido o Programa na Região beneficiada; e verificar se os jovens contemplados continuam residindo no meio rural. O Programa foi desenvolvido na Região do Alto Uruguai, contemplando 20 jovens de três municípios. Após o término, identificou-se que 18 jovens permaneceram no meio rural, e desenvolviam suas atividades utilizando o recurso financeiro para implementar seus projetos produtivos.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas surgem como princípios norteadores do poder público, caracterizando-se por um conjunto de ações, metas e planos que os governos traçam para promover o bem estar da sociedade. Elas são vistas, como mecanismos de manutenção da força de trabalho, como conquistas dos trabalhadores, ou doação das elites dominantes, e ainda como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos dos cidadãos.

A população jovem do nosso país é assunto de interesse de diversas entidades públicas, privadas, sociais, políticas, educacionais, urbanas e rurais. Muito tem sido pensado e discutido sobre as condições sociais e as formas de subjetivação dos jovens em relação à realidade e as suas perspectivas de futuro.

Em se tratando da juventude rural, esta discussão e preocupação aumentam pelo fato de que as políticas públicas criadas não são conhecidas ou acessadas por eles, por diversos fatores como a insciência da existência delas, o formato com que estas são desenvolvidas num modelo que separa aquisição de terras, com metodologia de educação aplicada, com acesso as tecnologias e lazer *versus* qualidade de vida no meio rural. Segundo Barcellos (2014), diante da falta das novas oportunidades de trabalho e renda que marcam esse grupo social ao longo da história, muitos desses jovens migram para as cidades em busca de trabalho.

Essas novas demandas também apontam para a discussão sobre o fim da dicotomia entre o mundo rural *versus* urbano e, neste sentido, Carneiro (1998) estudando as aspirações de jovens rurais, aponta para uma tendência *rurbana* de estilo de vida desses jovens, cuja mistura de culturas



<http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepex>

ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

rurais e urbanas forma um híbrido característico dos desejos e do modo de ser dessa juventude. Esta questão da *urbanidade* também tem sido apontada por outros autores como Ferreira (2002) que tem questionado sobre concepções que defendem o fim do mundo rural, apontando como novo espaço territorial de qualidade de vida.

Neste sentido, podemos inferir que diversas problemáticas sociais afetam os jovens brasileiros dentre elas a renda, etnia, gênero, orientação sexual, religiosidade, particularidades locais e regionais que acabam por influenciar a forma como estes se relacionam com a sociedade (Stropasolas, 2015).

Segundo dados do IBGE (Censo 2010), no Rio Grande do Sul existiam 2.640.642 jovens, sendo que, destes, 2.304.616 viviam no meio urbano e 333.026 no meio rural, o que equivale a 12,07% de jovens rurais (com idade entre 16 a 29 anos). A região do Alto Uruguai Gaúcho é composta por 32 municípios, sendo que destes, 31 possuem seu PIB relacionado diretamente com as atividades agropecuárias, o que pressupõe que estes municípios investem ou deveriam investir na efetiva participação tanto social quanto produtiva dos jovens.

Os processos de reprodução social das famílias e a sucessão familiar na propriedade demanda a necessidade de trabalho e renda, acesso as tecnologias e lazer além de sanar outras necessidades para as futuras famílias. Em síntese seria possibilitar ao jovem rural compreender e assumir a sua origem, sua realidade local como espaço de mudança e transformação a partir do momento em que este jovem ao permanecer no campo tenha além da qualidade de vida, contemplada com todos os adjetivos a que lhe tem direito, ter o meio rural como lugar de desenvolvimento de projeto de vida uma profissão nobre com resultados sociais e financeiros compatíveis com a importância desta função.

Como forma de incentivo à permanência do jovem na área rural, surgiu o Programa Bolsa Juventude Rural, regulamentado pela Lei 14.373/2013 do Estado do Rio Grande do Sul, que visou através do seu art. 2º a democratização do acesso e a permanência de jovens ao ensino médio, além de contribuir com a redução dos níveis de pobreza e de exclusão social da juventude rural. O programa também oportunizava aos jovens a sua emancipação a partir de um projeto de vida construído no âmbito da escola, além da implantação de projetos produtivos sustentáveis, estimulando dessa forma a permanência do(a) educando(a) na área rural a partir da criação de condições para a escolha do campo como lugar para viver e da agricultura como profissão.

Os objetivos deste Programa foram de garantir apoio financeiro no valor de R\$ 200,00 mensais para jovens alunos de escolas rurais para que permanecessem, retornassem ou ingressassem no ensino médio e/ou profissionalizante, incentivando como contrapartida o recebimento da Bolsa Juventude Rural, a partir da implementação de projetos produtivos sustentáveis, além de receber e oferecer acompanhamento pedagógico e técnico durante a vigência da Bolsa.

Diante desta situação, o objetivo deste trabalho consiste em apresentar os resultados obtidos com a implementação do programa bolsa jovem do Governo do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2013 na Região Alto Uruguai.

Os objetivos específicos foram:

- identificar o número de jovens beneficiados com o programa;



<http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepex>

ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

- analisar como foi o desenvolvido o programa bolsa jovem na Região Alto Uruguai;
- verificar se os jovens contemplados pelo programa continuam residindo no meio rural.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho consistiu na análise dos dados resultantes do Programa Bolsa Juventude Rural, obtidos junto à Casa Familiar Rural Agroflorestral Alto Uruguai e da pesquisa de referencial bibliográfico com base na Lei Estadual 14.373/2013 que regulamenta o Programa Bolsa Juventude Rural, além da análise de alguns dados do IBGE e consulta de autores de artigos, livros e teses que fazem referência ao tema juventude rural e políticas públicas.

O programa Bolsa Juventude Rural foi desenvolvido na Região do Alto Uruguai, no ano de 2013, contemplando 20 jovens (13 rapazes e sete moças), distribuídos espacialmente da seguinte forma: 11 jovens no município de Barão de Cotegipe; oito jovens no município de Charrua e apenas um jovem no município de Barra do Rio Azul (Figura 1).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Todos os jovens que faziam parte do Programa estavam vinculados às atividades da Casa Familiar Rural Agroflorestral Alto Uruguai (CFR-AFAU), localizada na Comunidade Povoado Sérvia, município de Barão de Cotegipe – RS. A CFR-AFAU desenvolveu atividades teóricas em regime de alternância com os jovens e a Ascar/Emater era responsável pela elaboração dos projetos produtivos e auxiliava a CFR-AFAU no acompanhamento da implementação dos projetos produtivos dos jovens em suas respectivas propriedades.

Após o desenvolvimento do projeto identificou-se que 18 jovens permaneceram no meio rural e desenvolviam suas atividades utilizando deste recurso para implementar seus projetos produtivos nas propriedades rurais, sendo:

- aquisição de insumos, ração para os animais, combustível, mudas de hortaliças ou frutíferas;
- aquisição de equipamentos: ordenhadeiras, resfriadores, roçadeiras ou moto serra, para auxiliar na atividade leiteira, ou com a produção de grãos.

Percebe-se que o número de municípios e jovens participantes do Programa foi extremamente baixo comparando com a área e o número de jovens rurais presentes na região Alto Uruguai – RS, o que vem em contraponto à falta de informação sobre estes Programas e a forma como estes são desenvolvidos. Outro ponto a ser observado é a questão de gênero, onde apenas 35% representavam a classe feminina.

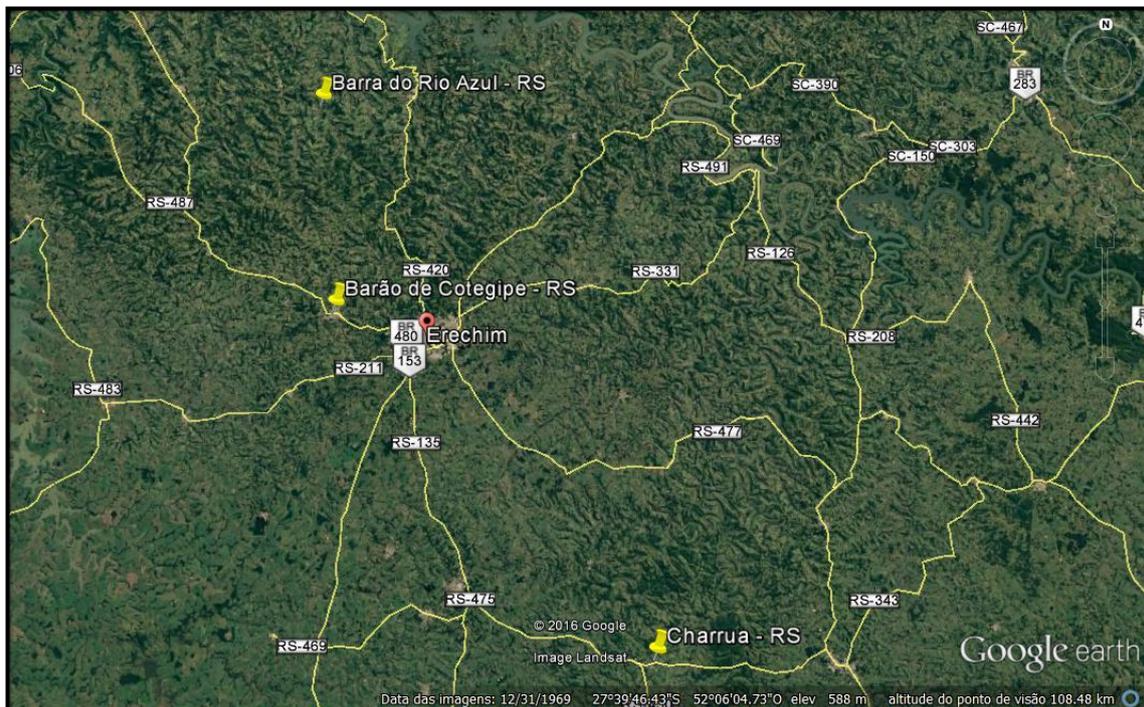


Figura 1. Espacialização dos municípios com jovens participantes do Programa Bolsa Juventude Rural. (Fonte: Google Earth).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

‘Analisando a dimensão da região do Alto Uruguai e a distribuição da participação dos jovens constatou-se que apenas três municípios e seus respectivos órgãos competentes, se envolveram com este Programa. Desta forma podemos levantar alguns questionamentos: Porque somente três municípios participaram? Quais foram os métodos de divulgação realizados para o engajamento dos jovens no programa? Por que os jovens cadastrados já estavam vinculados a uma entidade educacional sem fins lucrativos da região? Os órgãos governamentais locais bem como as entidades sociais e educacionais, que são ou deveriam ser os principais interessados, juntamente com o público a que o programa se destina, conhecem, sabem da existência, necessitam de aporte para promover ações coletivas de desenvolvimento, e querem. Então quem falhou?

A partir disso, percebemos que este programa veio ao encontro das necessidades desta população tão carente de apoio e incentivo, porém é importante ressaltar que ainda há um árduo caminho pela frente para garantir o acesso aos demais jovens que não puderam participar desta edição do Programa.

Mais uma vez é necessário promover a união de esforços coletivos para assegurar e avançar na implementação das políticas públicas que são resultado de grandes lutas e quando tornam-se realidade precisam ser usufruídas devidamente, pois fazer valer os esforços das conquistas das demandas é um direito de todos e dever das entidades competentes e, como quem compõem estas



<http://conferencia.uergs.edu.br/index.php/SIEPEX/visiepex>

ISSN do Livro de Resumos: 2448-0010

entidades são pessoas vinculadas a este meio não justifica buscar, conquistar, legalizar e não aplicar.

Desta forma acreditamos que o papel das instituições educacionais e sociais relacionadas diretamente ao meio rural devem fortalecer seus vínculos para poder garantir aos jovens da nossa região este apoio e incentivo além de intensificar as ações já existentes para este público, pois conforme observado, 90% dos jovens participantes do programa permaneceram na área rural fazendo jus à Bolsa recebida com a utilização desta através da implementação de projetos produtivos em suas propriedades rurais.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social.** Rio de Janeiro, 2014, 150 f. Tese de doutorado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2014.

CARNEIRO, M.J (1998) **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais.** In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C (Org.) *Mundo rural e Política: ensaios interdisciplinares.* Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Populacional 2010.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 15-06-2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.373, de 19 de dezembro de 2013. Institui o Programa Bolsa Juventude Rural e altera a Lei n.º 8.511, de 6 de janeiro de 1988, que autoriza a criação do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=263307>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

STROPASOLAS, L.V (2015). **A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para juventude rural.** Disponível em <http://www.redesrurais.org.br/6encontro/trabalhos/Trabalho_128.pdf>. Acesso no dia 11-06-2016.